



COMUNICADO | Nº 2/2016 | **A TODOS OS TRABALHADORES** | 01/02/2016

Reunião com a Direcção Geral

No dia 27 de janeiro, o STI esteve reunido com a Sr.^a Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Como por certo os colegas se apercebem através dos nossos comunicados, estas reuniões têm sido frequentes. Acreditamos que delas têm saído resultados positivos. Uns mais visíveis, outros menos visíveis e outros ainda que terão os seus resultados a médio prazo.

O trabalho reformista de que a AT carece, não se faz com uma varinha mágica numa questão de segundos. É um projecto com objectivos concretos, que queremos levar a bom porto, e que esteve parado 4 anos por inactividade do anterior SEAF.

Como sempre aconteceu com todos os Diretores Gerais com quem trabalhamos, com a nossa atual Diretora Geral, as pontes de entendimento mantêm-se. Nós queremos o Vínculo de Nomeação, a Avaliação Permanente e a Revisão das Carreiras. A nossa Diretora Geral também. Nós queremos suprir as necessidades de recursos humanos e a falta de material na AT. A nossa Diretora Geral também. Nós queremos dignificar os Trabalhadores e o Trabalho interno e externo na AT, de forma consentânea com os poderes de Autoridade que exercemos no terreno. A nossa Diretora Geral também.

Chegados a este ponto é legítimo perguntar: então para que servem as reuniões e porque não se resolvem os problemas?

O STI é a voz dos Trabalhadores. Não legisla, não dirige administrativamente a AT. Reflecte apenas junto dos *gerais* as preocupações dos *soldados* no terreno.

Neste sentido, embora os objectivos centrais estejam muito próximos, os detalhes, por vezes decisivos, do modo como nos propomos atingi-los, são diferentes.

A maneira como nos batemos pela integração de todos os colegas, sem excepção, no grau de complexidade funcional 3. Os pormenores operacionais, que só quem está na primeira linha deste combate pode transmitir á DG, como por exemplo, problemas de conflitualidade provocados por alguns procedimentos que estão a funcionar mal, na relação da AT com os contribuintes, problemas logísticos e

infraestruturais nos nossos serviços, problemas operacionais no nosso serviço externo. Estes, entre muitos outros, são temas que abordamos nestas reuniões e que são alvo do trabalho conjunto que pretendemos desenvolver.

Para além destas questões mais técnicas, temos a nossa visão global de reforma da AT e de Revisão das Carreiras que em todas as reuniões fazemos questão de reivindicar.

Chefias Tributárias

O movimento de consolidação de Chefias está a decorrer, de forma faseada, e a DG pretende vê-lo concluído a curto prazo. Neste âmbito, eventuais alterações legislativas poderão estar em curso e o STI tudo fará para que sejam encontradas boas soluções, que venham ao encontro das pretensões dos Trabalhadores.

Estágio na IT

O STI fez reflectir as preocupações que nos têm chegado por parte dos ITE's de alguns distritos específicos do país, descontentes com o modo como o estágio têm decorrido nessas Direções de Finanças, bem como a necessidade de definir uma data, ainda que aproximada, para o último teste, de modo a que os colegas possam organizar a sua vida pessoal, nomeadamente no tradicional período de férias de Verão.

Em relação ao teste final, fomos informados, que nunca será antes do mês de junho. Quanto às demais questões do funcionamento do estágio a DG, deixou uma mensagem de incentivo a todos os ITE's, no sentido de que este será porventura um dos mais rápidos estágios de sempre nesta casa e que, a breve trecho, todos poderão concorrer para os lugares definitivos, vendo deste modo, compensado o esforço que têm feito.

Alertamos ainda para a necessidade de reorganizar a casa de modo a permitir uma equilibrada distribuição destes recursos humanos, por todo o país, sendo que este é outro dos motivos pelo qual urge reformar a AT ao nível organizacional e de distribuição e descentralização de competências.

Ronda Negocial no Ministério das Finanças / Secretaria de Estado da Administração e Emprego Público

Dia 28 de janeiro houve mais uma ronda negocial com os sindicatos representativos da Administração Pública. Neste momento estão em discussão as questões com incidência orçamental que a Frente Sindical em que participa o STI elencou no processo reivindicativo para 2016.

Na ocasião foi também entregue aos sindicatos um Acordo de Princípios, a ser assinado, havendo concordância, na próxima reunião, que prevê a calendarização dos processos negociais relativos a várias

matérias, durante 2016. Nesse documento o Governo compromete-se a desenvolver durante este ano negociações relativas às seguintes matérias:

- Revisão do regime de requalificação e dinamização do regime da mobilidade voluntária;
- Desenvolvimento da formação profissional na AP – aqui enquadrando-se a oportunidade de retomar a Avaliação Permanente na AT;
- Diagnóstico e resolução das situações existentes de precariedade no emprego público;
- Reforço do diálogo social na AP, incluindo o acompanhamento e avaliação das políticas públicas;
- e
- Revisão do regime do SIADAP.

Além destas matérias, e como já é público, o Governo comprometeu-se a repor, até Setembro, a totalidade dos cortes salariais e, até 1 de julho, o regime laboral das 35 horas semanais. Quanto a esta matéria, em específico, a SEAEP, referiu que estão a ser feitos esforços para que a medida possa entrar em vigor ainda antes do dia 1 de julho. Neste âmbito, estamos a acompanhar o processo legislativo e pugnamos para que as 35 horas semanais sejam instituídas como patamar máximo da jornada laboral, e que seja dada capacidade a cada Direção Geral, para fixar o horário que melhor serve os cidadãos e a compatibilização entre a vida laboral e pós-laboral dos trabalhadores da AP.

STI – TÃO FORTE QUANTO TU QUISERES!

Saudações Sindicais
A Direção Nacional.